

FICHA DE INSCRIÇÃO
Órgão/Entidade: Subcontroladoria de Correição Administrativa da Controladoria-Geral do Distrito Federal
Titular da Corregedoria: LUCIANA DA SILVA BARBOSA
E-mail: luciana.barbosa@cg.df.gov.br
Telefones: 2108-3201
Município/UF: Brasília/DF
Poder: <input checked="" type="checkbox"/> Executivo <input type="checkbox"/> Legislativo <input type="checkbox"/> Judiciário
Ente: <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Distrital
Categoria: <input type="checkbox"/> Apuração de Responsabilidade de Agentes Públicos <input type="checkbox"/> Apuração de Responsabilidade de entes privados <input checked="" type="checkbox"/> Inovação
PRÁTICA
1. TÍTULO: <p style="text-align: center;">Sistema Correcional Integrado – SCI</p>
2. DESCRIÇÃO DA PRÁTICA: <p>O Sistema Correcional Integrado – SCI é um sistema informatizado, desenvolvido pela Subcontroladoria de Correição Administrativa em parceria com a Subcontroladoria de Tecnologia da Informação da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, que visa registrar e armazenar as principais informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo do Distrito Federal.</p> <p>O SCI constitui uma importante ferramenta na gestão das informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito do Distrito Federal e contribuirá para a melhoria do controle e aprimoramento da gestão das ações correcionais realizadas pelos órgãos e entidades do Distrito Federal.</p> <p>O sistema é inédito no Distrito Federal e comporta o cadastramento de todos os Processos Administrativos Disciplinares (PADs), Processos de Investigação Preliminares (PIPs), Processos Administrativos de Fornecedores (PAFs), Processos Administrativos de Responsabilização (PARs) e Sindicâncias, permitindo a atualização de suas fases e prestação de informações de forma mais rápida aos gestores.</p> <p>O sistema foi desenvolvido por módulos, sendo um de seus princípios estar em constante aprimoramento, conforme a demanda dos seus usuários.</p> <p>Importante registrar que o sistema não demandou nenhuma despesa extra para a CGDF além do próprio vencimento dos servidores envolvidos nesta boa prática, privilegiando os princípios da efetividade e economicidade.</p> <p>Ademais, o Sistema Correcional Integrado é uma inovação, por constituir uma ferramenta que provocará uma mudança de paradigmas no âmbito do Distrito Federal, introduzindo novo modelo de comportamento, em que se deixará de lado práticas nefastas como o frágil controle exercido por meio de planilhas excel ou, no cenário mais grave com o qual nos deparamos, de nenhum controle sobre os processos disciplinares.</p> <p>Enfim, é uma ferramenta entregue pela Controladoria-Geral do Distrito Federal que estabelece uma mudança de comportamento na condução da atividade disciplinar e que impõe novos padrões voltados ao aprimoramento das atividades correcionais.</p>
3. HISTÓRICO DE IMPLEMENTAÇÃO: <p>O início do desenvolvimento do sistema correcional integrado no âmbito da Controladoria-Geral do Distrito ocorreu em 2017.</p> <p>Inicialmente, o primeiro módulo entregue denominado inicialmente cadastro e juízo de admissibilidade, comportava apenas o cadastramento de todos os documentos recebidos pela Controladoria-Geral do Distrito Federal afetos à área correcional. No ano de 2019, foram entregues e implementados o segundo e terceiro módulos, denominados módulo PAD e módulo PIP, respectivamente,</p>

para cadastramento de todos os processos administrativos disciplinares e procedimento de investigação preliminar em curso e pendentes de instauração no âmbito do Distrito Federal.

Atualmente, está em fase de implementação o módulo Sindicância e até o final deste ano de 2020, pretendemos fazer a entrega dos módulos PAF, para cadastramento e monitoramento dos Processos de Responsabilização de Fornecedores (Lei n.º 8.666) e o módulo PAR, para cadastramento e monitoramento dos Processos de Responsabilização de Pessoa Jurídica (Lei n.º 12.846).

4. RELEVÂNCIA DA PRÁTICA EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS DO REGULAMENTO:

O I Concurso de Boas Práticas promovido pela Rede de Corregedorias instituída pela Corregedoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União tem por finalidade estimular, reconhecer e premiar as iniciativas realizadas pelas corregedorias públicas em todos os níveis da federação que promovam o aprimoramento das apurações de responsabilidade de agentes públicos e de entes privados e a inovação processual ou tecnológica no combate à corrupção por meio de unidades correcionais.

Desta forma, sem sombra de dúvidas o Sistema Correcional Integrado atende ao critério de **Criatividade e Inovação** por constituir uma ferramenta inédita e inovadora no âmbito do Distrito Federal, desenvolvido para a solução de um grande problema verificado: a ausência de um controle efetivo das informações correcionais nas unidades correcionais.

O Sistema Correcional Integrado também atende ao critério do **Custo-benefício** visto que foi desenvolvido sem nenhum custo extra para o Distrito Federal além dos vencimentos dos próprios servidores da Controladoria-Geral do Distrito Federal e proporcionará a baixa burocratização dos processos em relação aos benefícios decorrentes desta boa prática.

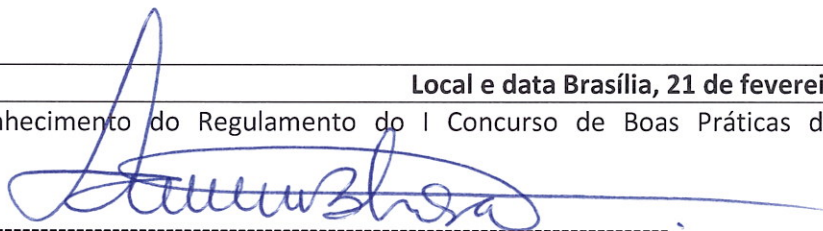
O Sistema Correcional Integrado também atende ao critério de **Impactos da iniciativa/contribuição para a efetividade** em razão da sua capacidade de gerar efeitos positivos nos processos de trabalho da organização, agregando valor à organização, garantindo, de maneira razoável, o atingimento de seus objetivos. Com efeito, um de seus maiores benefícios será auxiliar as unidades correcionais do Distrito Federal no aprimoramento das apurações de responsabilidade de agentes públicos e de entes privados.

Outrossim, o Sistema Correcional Integrado atende ao critério de **Simplicidade e replicabilidade** porquanto foi desenvolvido pela Subcontroladoria de Correição Administrativa em parceria com a Subcontroladoria de Tecnologia da Informação, ambas unidades administrativas integrantes da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, viabilizando praticidade, facilidade e viabilidade de sua implementação nos órgãos e entidades do Distrito Federal, possibilitando também o seu aproveitamento e adaptação para a utilização por outros órgãos ou esferas do Governo.

Por fim, o Sistema Correcional Integrado atende ao critério de **Aderência a normas e padrões institucionais** porquanto auxiliará sobremaneira a Subcontroladoria de Correição Administrativa no cumprimento de suas atribuições que são exercer as funções de órgão central do sistema de correição do Poder Executivo do Distrito Federal, executar diretamente as atividades de correição disciplinar, de responsabilização de pessoa jurídica, de tomada de contas especial e de resolução consensual de conflitos no âmbito do Poder Executivo e supervisionar, avaliar e exercer controle técnico, no caso de ações realizadas pelos demais órgãos e entidades do Distrito Federal, conforme previsto no art. 49 do Decreto nº 39.824 de 15 de maio de 2019, que aprovou o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Local e data Brasília, 21 de fevereiro de 2020.

Declaro que tomei conhecimento do Regulamento do I Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias.



LUCIANA DA SILVA BARBOSA

Subcontroladora de Correição Administrativa
Controladoria-Geral do Distrito Federal